

A volta às aulas, ameaçada?

Inconformadas com o reajuste autorizado pelo governo, algumas escolas já pensam em não reiniciar aulas.

Dos 24 sindicatos e quatro associações presentes à reunião do conselho de representantes da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), realizada ontem em Brasília, pelo menos nove já apresentaram a posição de não reiniciarem as aulas, entre eles o sindicato de São Paulo. Hoje o conselho da Fenen volta a se reunir, para definir uma posição sobre o reajuste máximo concedido pelo governo para as anuidades escolares, de 55,25%, e decidir se as escolas reiniciarão ou não as aulas.

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de São Paulo chegou a apresentar a proposta de recurso para o Supremo Tribunal Federal, arguindo a constitucionalidade do decreto presidencial que deu poderes ao ministro da Educação para estabelecer o índice de reajuste. Mas o presidente da Fenen, Roberto Dornas, afirmou que a sua preocupação é com "o estado de necessidade em que as escolas se encontram, dependendo de um exame mais profundo a questão da validade do decreto presidencial". Para Dornas, as escolas "precisam tomar decisões por conta própria, para sobreviver ou desaparecer".

No entanto, o Ministério da Educação confirmou ontem aos presidentes dos Conselhos Estaduais de Educação e representantes das comissões de encargos educacionais que as escolas particulares poderão pleitear um reajuste superior aos 55,25%, a título de correção de defasagem, sem que nenhum limite esteja fixado. As escolas que pretendem pedir a correção de defasagem só terão de esperar que as comissões se reestruitem. Segundo o secretário-geral do ministério, Aloísio Sotero, este reajuste especial será concedido somente se a escola comprovar a sua difícil situação financeira e contar com a concordância dos alunos.

Professores: isonomia

A concessão da isonomia salarial aos professores e servidores das universidades federais autárquicas está dependendo de decisão da secretaria de Planejamento (Seplan). A informação foi dada ontem pelo ministro da Educação, Jorge Bornhausen, ao presidente da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes), Newton Lima Neto. O ministro informou ainda que a correção de 39,9% nos salários dos professores, reivindicada pela Andes, não será considerada pelo ministério.

"Queremos que os nossos salários sejam corrigidos em 39,9%, que é o índice de inflação calculado pelo Dieese no período de março a dezembro, sem contar com o aumento concedido pelo governo e com a possível equiparação salarial", disse o presidente da Andes. Se for concedida a isonomia, os professores terão um reajuste de cerca de 28%.

Os docentes do ensino superior realizarão entre os próximos dias 25 e 31 em Goiânia o seu congresso nacional, quando discutirão a possibilidade de não reiniciarem as aulas em março.